

POLÍTICAS NEOLIBERAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES

Shellen de Lima Matiazzi

shematiazzi@hotmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Hadassa da Costa Santiago Bremerkamp Sperandio

hadassabremenkamp@hotmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Renata Duarte Simões

renasimoes@hotmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Introdução

No atual cenário político-econômico, vemos que educação se configura como um campo disputado para a implementação de projetos e políticas neoliberais que atendam a lógica capitalista, em que se tem o aprendizado de conteúdos escolares para adaptação dos sujeitos ao sistema competitivo e produtivista do mercado (TELES; STEIN, 2013). Esse processo pode ser observado desde a Educação Infantil, atravessando toda a educação básica.

Este estudo¹ problematiza os efeitos das políticas neoliberais no contexto da Educação Infantil na Rede Municipal de Vitória-ES, refletindo sobre as práticas educativas de professores e professoras nesse nível de ensino.

Ao pensarmos a temática em tela, torna-se relevante compreender as especificidades dessa etapa da educação, presentes nos documentos legais, dentre os quais destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB nº 9394/96, que legitima a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, afirmando a educação de crianças de 0 a 6 anos de idade, como também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação (DCNEI), nº 05/09, que reconhecem a Educação Infantil como direito social garantido às crianças e dever do Estado (BRASIL, 2009).

¹ O presente estudo é um desdobramento da pesquisa intitulada “Avaliação da aprendizagem na Educação Infantil e os contextos de vida de crianças empobrecidas”, desenvolvida no Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Educação, na Universidade Federal do Espírito Santo (PPGMPE/Ufes) e fez parte dos debates fomentados pelo Grupo de Estudos em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (GEEPDS/Ufes).

Ainda que a Educação Infantil seja entendida como direito destinado às crianças e, respectivamente, às famílias, os avanços das políticas neoliberais no campo educacional estão provocando inúmeros efeitos nos contextos escolares (ALBUQUERQUE; FELIPE; CORSO, 2017). A influência desse sistema tem promovido a negação do direito educacional às crianças e às famílias, desconsiderando as realidades sociais vividas e colocando à margem as populações empobrecidas, seja pela disputa mercadológica de produção curricular por meio dos livros didáticos, determinando conteúdos e objetivos a serem trabalhados, seja pelas práticas educativas e avaliativas, com modelos homogeneizantes, que visam ao processo de aceleração, classificação e seleção das crianças, desconsiderando as especificidades dessa etapa da vida e as pluralidades sociais e culturais existentes no país.

Metodologia

Optamos por adotar a pesquisa-ação, o que nos possibilitou fazer interlocução com os profissionais que atuam na Educação Infantil, compartilhando saberes e estabelecendo uma proposta formativa reflexiva, compreendendo e problematizando com os profissionais como essas políticas se fazem presentes nos contextos escolares. Assim, enfatizamos a relação entre a docência e a pesquisa, a partir da prática da espiralidade ação-reflexão (FRANCO; BETTI, 2018).

Com o intuito de compreender os efeitos das políticas neoliberais nas práticas educativas da Educação Infantil, selecionamos, por meio do sistema de Gestão Escolar (SGE) da Rede Municipal de Ensino de Vitória, três Centros Municipais de Educação Infantil para participar do estudo. Essa escolha, também considerou os territórios em que os CMEI estão localizados e as realidades sociais vividas pelas crianças nesses espaços.

A ação formativa foi realizada como curso de Extensão, registrado na Proex-Ufes e sistematizado em 7 encontros presenciais. Desenvolvidos no período de Março a Julho de 2019, os encontros buscaram ampliar o debate relacionado à Educação Infantil – a partir das concepções de infâncias, criança como sujeito histórico-social e de direitos – em interlocução com as políticas públicas, refletindo sobre os avanços da política educacional para a primeira infância e os efeitos ocasionados pelas políticas neoliberais nos contextos escolares.

Desenvolvimento

Historicamente, a criança foi pensada como um ser biológico, sendo compreendida apenas por suas necessidades físicas e biológicas. Posteriormente, com o olhar sob a perspectiva psicológica, a criança passou a ser vista como ser biopsicológico, considerando sua forma de pensar e o desenvolvimento motor e cognitivo (HERNANDEZ-PILOTO, 2008).

Contudo, com avanços no campo da pedagogia, da sociologia e da filosofia, outros olhares foram direcionados para a infância, reconhecendo-a como uma etapa da vida marcada por singularidades e características próprias, como, também, o reconhecimento das pluralidades sociais e culturais nas quais as crianças estão imersas, sendo, portanto, afirmado o conceito de “infâncias” no plural.

É a partir desse olhar para os diferentes contextos em que as crianças vivem e das especificidades dessa etapa geracional que se ampliou o debate sobre a criança como sujeito histórico-social, que requer que suas especificidades sejam reconhecidas e que demanda de políticas públicas no sentido de afirmá-la como sujeito de direitos.

Nesse sentido, as DCNEI nº 05/09 destacam que, na educação infantil, as experiências de aprendizagem são fundamentadas a partir dos eixos orientadores – as interações e as brincadeiras – e considera a organização de atividades que proporcionem o desenvolvimento da criança, de modo a explorar as múltiplas linguagens e as brincadeiras como forma de manifestação histórico, social e cultural.

Entretanto, essa etapa da educação ainda não está consolidada como um direito para todos, em que as crianças empobrecidas são as mais impactadas, sendo negado a uma parcela da população infantil o acesso à educação. Ainda em nossa sociedade, marcada pelas políticas neoliberais, o ensino infantil vem se constituindo como um campo em disputa de interesses privados, para atendimento à lógica capitalista-mercadológica.

Essa lógica mercadológica nos rememora um passado recente, quando a educação infantil era compreendida como etapa antecipatória do Ensino Fundamental e a criança como sujeito a ser preparado para o ensino subsequente, revelando “[...] uma concepção de criança como capital humano, que precisa desde muito cedo ser preparado para o mercado de trabalho [...]”, contrapondo-se à compreensão de criança como “[...]”

cidadã e que possui marcas de seus pertencimentos de acordo com o contexto histórico em que vive” (COUTINHO; MORO, 2017, p. 355).

Um dos efeitos das políticas neoliberais no contexto educacional da primeira infância se traduz na inserção de livros didáticos nesse nível de ensino. Em 2018, foi lançado edital, por meio do Programa Nacional do Livro Didático, para que livros dessa natureza sejam utilizados na Educação Infantil, acarretando que tais materiais determinem listagens de conteúdos e objetivos a serem alcançados em cada faixa etária e, conseqüentemente, delimitando o que deve ser ensinado, quando e como deve ser ensinado. Tais proposições evidenciam, como destacou uma cursista, “a concepção de uma criança compartimentada, apenas a responder aos conteúdos e objetivos predeterminados pela escola [...]”, negligenciando a integralidade da criança, a partir de suas vivências para além desse espaço.

Essas políticas têm dado direcionamento às ações pedagógicas dentro da escola, refletindo sobre as práticas educativas, já que o professor tem determinado, previamente, os conteúdos a serem ensinados. Sob essa ótica, quando modelos homogeneizantes adentram os contextos, nota-se que as realidades sociais vividas pelas crianças não são consideradas nas práticas educativas, colocando à margem os contextos plurais e fragilizando as relações com as famílias, haja vista que “[...] situações como a fome, a miséria, como também a vivência cultural, os saberes e conhecimentos sociais das crianças são invisibilizados” (Professora cursista, 2019).

Outro aspecto de efeito da política neoliberal está presente nas avaliações da aprendizagem, uma vez que, ao ter estabelecido modelos educacionais homogeneizantes, por conseguinte, define-se o que deve ser contemplado nas avaliações, estabelecendo padrões a serem alcançados, “com uma criança modelo a ser constituída”, como evidenciou uma cursista. Esse processo nos dá a ler que, no neoliberalismo, a avaliação da aprendizagem “se apoia essencialmente no estabelecimento de um padrão que serve como termo de comparação, diferenciação, classificação e exclusão” (ESTEBAN, 2006, p. 102), voltada para o atendimento ao sistema econômico de produção.

A partir dos apontamentos dos profissionais envolvidos no processo formativo, foi possível compreender os efeitos ocasionados pelas políticas neoliberais, em que o coletivo considerou como essas políticas colocam à margem os mais empobrecidos e

como a inserção de livros didáticos nessa etapa da educação básica desconsidera os saberes e conhecimentos produzidos pelas infâncias, trazendo modelos escolarizantes de outros níveis de ensino. São esses modelos que produzem práticas educativas e, conseqüentemente, avaliativas, que não refletem sobre os percursos infantis, produzindo processos excludentes desde a infância. Em contraposição a essas práticas, “[...] a criança precisa ser respeitada e olhada como sujeito de direitos”, como enfatizou outra cursista.

Considerações finais

Com a concretização da pesquisa, observamos que as políticas neoliberais vêm produzindo efeitos negativos na Educação Infantil, provocando a negação dos direitos das crianças, dentre eles, o direito à infância e ao reconhecimento da pluralidade dos contextos sociais e culturais. Além disso, são as crianças pequenas as mais impactadas pelo não acesso à educação, em especial, as que estão em territórios empobrecidos.

Acreditamos ser necessário que o Estado garanta às crianças pequenas o acesso às escolas de ensino infantil, garantindo-lhes os direitos sociais. Na contramão de modelos escolares proposto pelas políticas neoliberais, que são classificatórios e seletivos, fomentamos a importância de uma Educação infantil que pense as infâncias a partir de suas realidades e necessidades, reconhecendo as subjetividades infantis.

Referências

- ALBUQUERQUE, S. S.; FELIPE, J. CORSO, L. V. (Org.). **Para pensar a Educação Infantil em tempos de retrocessos: lutamos pela educação infantil** [Recurso on-line]. Porto Alegre: Evangraf, 2017.
- BRASIL. **Resolução nº 05 de 20 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 4 set. 2020.
- COUTINHO, A. S.; MORO, C. Educação Infantil no cenário brasileiro pós golpe parlamentar: políticas públicas e avaliação. **Revista zero-a-seis**. v. 19, n. 36 p.349-360, jul./dez., 2017.
- ESTEBAN, M. T. **O que sabe quem erra**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- FRANCO, M. A. S.; BETTI, M. Pesquisa-ação: por uma epistemologia de sua prática. In: FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. (Org.). **Pesquisa em educação: a pesquisa-ação em diferentes feições colaborativas**. São Paulo: Edições Loyola, 2018, p.15-24.
- HERNANDEZ-PILOTO, S.S.F. **(Des) Naturalizando a criança no cotidiano da Educação Infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.

TELES, A.; STEIN, R. H. Programas de transferência de renda e condicionalidades educacionais: acesso ao direito ou moralização do acesso? In: YANNOULAS, S. C (Coord.). **Política Educacional e Pobreza**: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada. Brasília: Liber Livro, 2013, p. 183-214. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/31210>>. Acesso em: 03 ago. 2020.